

ATA DA OCTAGÉSIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de maio de dois mil e um, deu-se início a Octagésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo seu Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA ( FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL ). Presentes os conselheiros titulares, NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG ) ; MARIA STELA SANTOS GRACIANI ( PUC-SP ); MARIA IZABEL DA SILVA ( CUT ) ; MANOEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA ( MNDH ); JOACIR DELLA GIUSTINA ( CNBB ); RACHEL NISKIER SANCHEZ ( SBP ); OZANIRA FERREIRA COSTA ( CECRIA ); JOSÉ FERNANDO DA SILVA ( CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE ); GUILBERT ERNESTO DE FREITAS NOBRE ( MS ); CAIO LUIZ DAVOLI BRANDÃO ( MP ) ; JOSÉ ANTONIO ANGELO MOTTI (MPAS) , WALTER ANTONIO DA SILVA ( MinC ). Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Eliana Crisóstomo ( MJ ) e Ivone Bezerra de Mello ( MTE) e Marilda Marfan ( parcialmente). Registramos as ausências justificadas dos conselheiros governamentais representantes da Casa Civil e Ministério da Fazenda. Por motivo de ausência justificada do CFESS foi convocada e esteve presente Irmã Beatriz Hobold ( Pastoral da Criança ).

Registramos ainda, a presença da conselheira suplente Laura Rosseti e da representante do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, senhora Fernanda Castello Moço Ripamonte. O Presidente abriu os trabalhos e em seguida submeteu a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada com adequações pertinentes, como segue: **I Abertura Discussão e Aprovação da Ata da Septuagésima Nona Assembléia Ordinária.** A Ata da Septuagésima Nona Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes; **II – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas.** As Comissões Temáticas se reuniram pela manhã e parte do período da tarde para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação. **III Reunião com representantes do município de Montes Claros - MG, para tratar de Assuntos referentes ao atendimento do adolescentes infrator naquele município.** Os representantes da Pastoral do Menor, Frente Norte Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante da Câmara Municipal de Vereadores e representante da Superintendência de Atendimento e Recuperação do Menor Infrator – SAREMI/Secretaria de Justiça e Direitos Humanos –SEJH - MG, todos de Montes Claros – MG expuseram a situação do atendimento ao infrator no município, informando sobre a construção de celas para adolescentes em conflito com a lei, , por decisão do Prefeito local e do Juiz da Infância e da Juventude , contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente. A sociedade começou a se organizar para impedir tal construção mas não foi possível impedi-la. Essas celas

foram construídas com recursos dos empresários locais e já estão servindo de modelo para municípios vizinhos. Os representantes solicitaram o apoio do CONANDA para solução do problema. A representante da SAREMI informou sobre o Projeto para construção do Centro Regionalizado de Internação Provisória, cuja execução será descentralizada para o município. O assunto foi amplamente debatido, tendo sido aprovado a ida a Montes Claros da Comissão de Orçamento, Finanças / Medidas Sócio-Educativas, do Presidente do CONANDA. Dos conselheiros Olympio de Sá Sotto Maior, representante da ABMP, Marcos Colares, representante da OAB, Joacir Della Giustina, representante da CNBB, Ivanildo Franzosi, representante da Casa Civil, Kênia Augusta Figueiredo, representante do CFESS e Maria Ignês Bierrenbach, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente. A visita foi agendada para os dias vinte e oito e vinte e nove de maio de dois mil e um . Os representantes agradeceram a oportunidade de estarem no CONANDA, bem como pela decisão tomada pelo Colegiado. O Presidente falou da Conferência Nacional e dos pactos que serão construídos, alegando que a ida do CONANDA a Montes Claros pode ser considerada um pacto pela Construção da Paz. O item quinto da pauta foi transferido para a próxima plenária, por motivo de viagem do Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos. O Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto, Darci Bertholdo esteve presente à assembléia a convite do Presidente do CONANDA para informar sobre alguns resultados das reivindicações feitas pelo Conselho, como segue: 1)**Espaço físico** - O Secretário

considerou o espaço da Secretaria Executiva inadequado, propondo a mudança da mesma para o quinto andar do anexo dois do Ministério da Justiça, com área mais ampla faltando apenas as adequações necessárias. O Lay Out do espaço deve ser discutido pelo Presidente do CONANDA, Eliana e Bernadete. Informou ainda, que o Departamento da Criança e do Adolescente também está com o espaço inadequado, devendo mudar-se para o quarto andar, também do anexo dois. A SEDH está aguardando a posse da nova Diretora do DCA , Maria Ignês Bierrenbach, para definir o início da reforma das novas instalações; 2) **Pessoal** – O Secretário fez uma rápida explanação sobre a questão de carência de pessoal no Ministério e os mecanismos para ameniza-las; 3) **IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** – Informou que já está decidido que a execução da Conferência será através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do apoio dos ministérios que tem assento no CONANDA; 4 ) **Home Page** – Informou que a mesma já está sendo reestruturada e em funcionamento; 5) **Equipamentos** – Esclareceu que a Secretaria está aguardando a entrega de computadores mais adequados para manutenção dos setores; b) **Orçamento para dois mil e dois** – O Presidente informou que o mesmo irá permanecer como está, devendo ser alterado somente em dois mil e três. O Presidente informou ainda, sobre as possíveis parcerias que poderão ser firmadas para a realização da Conferência, objetivando a redução dos custos previstos para o evento. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença do Secretário em nome do Conselho, bem como as notícias

alvissareiras trazidas por ele a este Colegiado. No segundo dia, dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se a execução da pauta como segue: I – **Relato das Comissões Temáticas** – 1) **Comissão de Políticas Públicas** – A conselheira Maria Izabel, fez o seguinte relato dos trabalhos: a) verificação das pendências da assembléia anterior – Em virtude da impossibilidade de agenda dos juristas participarem desta assembléia não foi possível o agendamento da reunião no Ministério do Trabalho. Por outro lado, o Ministério do Trabalho, convidou o CONANDA para participar como observador de reunião da Comissão Tripartite no próximo dia quinze, para tratar da Convenção Cento e Trinta e Oito, tendo sido aprovada a indicação da conselheira para representar o CONANDA no referido evento; b) em virtude da ausência de Leonardo Boff no país o convite para abertura da Quarta Conferência será feito tão logo o mesmo retorne. c) encaminhar “paper” sobre a Conferência Nacional ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto, contendo objetivos, tema e estimativa de custo; d) tendo em vista a não efetivação de correspondência ao Ministério da Educação sobre a Bolsa Escola, foi proposto e aprovado envia-lo nesta assembléia e convidar o responsável sobre o assunto para vir expor o programa na próxima assembléia do CONANDA; e) enviar ofício ao CEDCA – RS, afirmando ser impossível a prorrogação no prazo estipulado pelo CONANDA para a realização da Conferência Estadual; f) enviar ofício ao Ministério da Justiça, acusando o recebimento do despacho contendo denúncias de crianças de até seis anos de idade que estão sendo usadas para Combate à Dengue no

município de São Gonçalo – RJ; g) acusar o recebimento do e-mail do Sr. Heitor Schefer, informando que seus filhos no ano de mil, novecentos e noventa e sete foram barrados na **Escola Análise** por estarem com a mensalidade atrasada. Disse que o assunto foi resolvido, porém, seu nome aparece no SPC; h) recebimento de Ata do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente do Estado do Rio de Janeiro . Acusar o recebimento e agradecer. Com relação a Quarta Conferência Nacional , a Comissão Organizadora apresentou o relatório dos principais assuntos a serem encaminhados tendo sido deliberados os pontos que seguem: a) **Participação de Adolescentes na Conferência** – após longo debate sobre os prós e os contras foi deliberado a inclusão de dois adolescentes por unidade federada para participarem como delegados com direito a voz e voto, bem como a sua participação em todo o processo das Conferências, ficando a Secretaria Executiva responsável para informar aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a decisão. Ficou aprovado ainda, que os Estados que desejarem incluir outros adolescentes na relação dos delegados poderão fazê-lo, desde que se obedeçam os critérios e o número de delegados estabelecidos pelo CONANDA; b) **Orçamento Previsto na proposta da Agência Executiva** – Foram levantados os pontos divergentes para que a Secretaria executiva negocie com a empresa; c) **Local para a realização da Conferência** – Foram apresentadas duas propostas, tendo sido deliberada a proposta do Colégio Militar, por oferecer melhores condições físicas e melhor preço; d) **Palestrantes / Expositores das mesas**

**de debate e coordenadores para os grupos** – Foi deliberado que os conselheiros deverão apresentar sugestões de nomes até a próxima assembléia a ser realizada no mês de junho; e) **Subsídio para os Estados** – Foi deliberado enviar um exemplar das Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência a todos os municípios brasileiros via Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com relação ao Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e ao Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto Juvenil a serem enviados ao Estados e Municípios, os conselheiros Motti e Eliana ficaram de verificar junto a SEAS e DCA, a viabilidade de publicação de mais sete mil exemplares de cada Plano como subsídios à Quarta Conferência Nacional, caso não seja possível, enviar via e-mail ou disquete, para que os mesmos sejam multiplicados nos Estados. Foi deliberado também, os instrumentais para o relatório final das Conferências Estaduais, Ficha de Inscrição de Delegados e Observadores a serem enviados aos Conselhos Estaduais. Quanto as experiências exitosas, foi deliberado solicitar aos CEDCA's indicações sobre as mesmas. A conselheira Marilda, ficou com a incumbência de participar das reuniões para definição da execução do evento e de outros momentos que se fizerem necessários para resolver as pendências relacionadas à Conferência. Foi agendada reunião da Comissão Organizadora para o dia cinco de junho de 2001, das nove às dezessete horas, na sala da Secretaria Executiva do CONANDA. 2) **Comissão de Orçamento e Finanças** – O conselheiro Manoel Messias fez o relato dos trabalhos enfocando: a) governo reeditou medida

provisória número dois mil cento e trinta e dois que exclui o artigo duzentos e sessenta do Estatuto a isenção do Imposto de Renda para doações aos Fundos. A Comissão propõe que seja convidado para a próxima reunião da Comissão um representante da Receita Federal para esclarecer o assunto; b) a proposta da Pastoral da Criança que visa a captação de recursos a nível nacional foi discutida em seu mérito, levando-se em consideração reconhecer a necessidade de captação de recursos para que as entidades de caráter nacional possam desenvolver suas ações, entretanto deve-se tomar cuidado para evitar a centralização e o privilégio para algumas entidades em detrimento de um conjunto de médias e pequenas entidades, bem como preservar o papel do CONANDA que é o de propor políticas de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente e não de estar voltado para gestão de projetos. A Comissão por entender a relevância da matéria propõe que a proposta de resolução original seja reformulada pelo Presidente do CONANDA e que os conselheiros apresentem suas emendas, devendo a mesma ser apreciada na próxima plenária; e) com relação ao orçamento de manutenção do CONANDA para dois mil e um, a coordenação informou a existência de trezentos mil reais, sendo cem mil alocados na rubrica do DCA e duzentos mil disponibilizados pelo Programa Paz nas Escolas. Para o ano de dois mil e dois, a Comissão propõe não transformar o CONANDA em ação específica, porém deixar mantido o atual formato, apesar da falta de transparência. O Conselho deverá realizar audiência com a nova Diretora do DCA, para discutir o acordo de repasse de recursos para manutenção e ações do



CONANDA. Propõe também que seja verificado a possibilidade de criar um programa específico para o CONANDA no PPA para dois mil e três, devendo para isso conhecer a situação de funcionamento de outros Conselhos; d) com relação ao convênios pendentes com os Estados, foi feito um balanço dos convênios firmados nos exercícios anteriores e a apresentação dos atuais recursos para este exercício no valor de quatro milhões trezentos e noventa e oito mil e quinhentos reais. Deste montante, tres milhões estão alocados na fonte cento e cinquenta, portanto, sujeitos á arrecadação e um milhão, seiscentos e noventa e oito mil e quinhentos reais da fonte cem – Tesouro Nacional. A Comissão propôs e foi aprovado o repasse de recursos para os projetos dos Estados de :a)Pernambuco no valor de cem mil reais; b) Acre, cento e cinquenta e oito mil reais; c) Mato Grosso, cento e oitenta e dois mil reais; d) Espírito Santo; cento e vinte e um mil reais e e)Bahia, quarenta e seis mil e duzentos reais. Todos estes projetos estão sendo atendidos parcialmente, por falta de recursos para atender a proposta na íntegra. Não foram contemplados os Estados de São Paulo por motivo de mudanças na Administração da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social e Distrito Federal por problema de inadimplência com o governo federal. Com relação as demais construções proposta pelo governo de Pernambuco, o CONANDA deve elaborar ofício ao gabinete da Casa Civil juntamente com o DCA solicitando remanejamento de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública previsto para o Estado. O CONANDA e o DCA deverão analisar conjuntamente a proposta sobre medidas sócio-educativas do Rio de

Janeiro uma vez que o Plano Nacional de Segurança Pública contempla recursos para aquele Estado, O Conselho deverá responder aos Estados do Mato Grosso do Sul e da Paraíba, informando-os que já foram beneficiados com recursos do Fundo no exercício de dois mil. Quanto ao Estado de Sergipe, o mesmo ficou de enviar sua proposta a qual deverá ser atendida. Considerando a recomendação do Gerente de Programa de Reinserção Social do DCA em adotar o Projeto de medidas sócio-educativas da Bahia como referência modelo, a Comissão propôs que a assembléia de julho seja realizada naquele Estado com o objetivo de analisar o projeto arquitetônico, bem como seu projeto político-pedagógico, tendo a mesma sido aprovada por todos, inclusive, incluir na programação a ida à Feira de Santana para discutir o Trabalho Infantil naquele estado. Para o deslocamento dos conselheiros governamentais, foi proposto e aprovado que os ministérios assumam as suas despesas, ficando o CONANDA responsável para o envio de correspondência aos senhores ministros solicitando tal colaboração. No que diz respeito a resolução para repasse de recursos fundo a fundo a Comissão ficou de aprofundar o assunto e retomá-lo na próxima plenária. No que diz respeito a análise do formulário simplificado do Imposto de renda a Comissão propôs convidar um técnico da Receita Federal para discutir o assunto no primeiro dia da próxima assembléia, o mesmo se dando com a proposta do ex-juiz de Campinas – SP sobre alterações das doações do imposto de renda e com o Projeto de Lei de captação de recursos. **Medidas Sócio-Educativas** – A Comissão definiu que o parecer sobre a pedagogia do desejo

da FUNDAC-PE será aprofundado e retomado na próxima assembléia. No que se refere aos documentos produzidos com recursos de convênio a Comissão sempre que possível fará uma análise de material para verificar a consonância com a política nacional do CONANDA. No caso do Rio Grande do Norte, apesar da boa qualidade de alguns textos poderiam ter aprofundado melhor os marcos referenciais teóricos, como por exemplo a questão Resiliência. Para a participação na Oficina Nacional de Medidas Sócio-Educativas – Prêmio Sócio – Educando, a ser realizada em junho, a Comissão propôs o nome conselheiro Manoel Messias. A indicação não foi votada, devendo ocorrer na próxima assembléia. Quanto as correspondências recebidas a Comissão delegou à Secretaria Executiva para os devidos encaminhamentos. 3) **Comissão de Articulação/Conselhos de Direitos e Tutelares** – A conselheira suplente Laura Rosseti fez o relato dos trabalhos informando que a resolução que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares foi elaborada sob duas óticas: Uma, a da explicação, levando em consideração o nível cultural e intelectual da maioria dos conselheiros e outra a do aspecto jurídico já que se trata de um documento oficial do CONANDA, devendo, pois, obedecer a certas normas do direito. A Comissão fez as alterações possíveis no texto e posteriormente submeteu o mesmo à plenária. Foi informado pela relatora que as sugestões enviadas pelo conselheiro Olympio não puderam ser inseridas pelo atraso no seu recebimento. A Comissão propôs que se houver concordância da plenária o conselheiro Motti poderá inseri-las, após discussão do documento pelo Conselho, não tendo sido acordado

pelo Colegiado. Foi apresentado ainda pela Comissão proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de Conselho Tutelar nos municípios, para deliberação pela plenária. A relatora informou também sobre os encaminhamentos propostos aos documentos recebidos: a) Relatório do Conselho Tutelar de Caxias – Maranhão, sobre as atividades do mesmo no exercício de dois mil. Foi deliberado que o documento não faz referências ao resultado da audiência que o contou com participação do CONANDA na cidade de São Luís, para tratar de assunto referente à prostituição infanto-juvenil. A Comissão oficiará o recebimento do relatório solicitando manifestação sobre a situação atual relativa ao abuso e exploração sexual, tendo em vista a ação do CONANDA naquele estado; b) Foi analisado o relatório do Conselho Tutelar de Açailândia no Maranhão. O referido relatório faz uma contextualização da situação local e mostra atuação do Conselho com suas atribuições detalhadas, quadros estatísticos, medidas de proteção aplicadas, atendimento aos pais e responsáveis bem como as medidas aplicadas aos mesmos. Faz comentários sobre a aquisição de serviços públicos não atendidos e ressalta o apoio do Serviço Social. A Comissão oficiará acusando o recebimento e mostrando a necessidade de o Conselho acionar o Ministério Público quando do descumprimento de serviços solicitados; c) Foi informado sobre o ofício recebido da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo que fala da atuação daquela Secretaria no sentido de que os municípios instalem não só os Conselhos Municipais de Assistência como também os Conselhos de Direitos e os Conselhos

Tutelares, condicionando a alocação de recursos da área social a existência destes colegiados; d) Convite do Primeiro Congresso Sul Brasileiro dos Conselhos Tutelares e de Direitos solicitando para que o CONANDA coordene a oficina “Efetividade do Conselho de Direitos.” A Comissão indicou o nome do conselheiro Motti para coordenar a oficina e a plenária acrescentou o nome do conselheiro Normando, porém, o conselheiro se recusou tendo em vista a assembléia do CONANDA acontecer nos dias onze e doze de julho, em Salvador, seu Estado de origem, incompatibilizando com a data do evento. A Secretaria Executiva ficou encarregada de tomar as providências cabíveis para deslocamento dos conselheiros. Terminado o relato dos trabalhos o conselheiro Motti passou a apresentação da resolução de funcionamento dos Conselhos Tutelares, onde foram discutidos os artigos na sua íntegra. Como o assunto é polemico não foi possível a sua conclusão. O Presidente propôs e foi acatado dar continuidade às discussões no dia seis de junho às quinze horas, sendo este o último prazo para o seu fechamento. A conselheira Eliana, ficou responsável em negociar com a UNESCO o novo prazo de entrega do documento para a sua publicação.4) **Comissão de Comunicação** – A reunião da Comissão contou com a participação da nova Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, Maria Ignês Bierrenbach e Nelson Penteado, Assessor de Comunicação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/MJ. O conselheiro José Fernando da Silva fez o relato dos trabalhos informando que a reunião teve por finalidade estabelecer ações para o enfrentamento dos projetos que tramitam no

Congresso Nacional, propondo a redução da idade penal. Após as considerações de ordem política e técnica, estabeleceu-se um rol de ações que devem ser desenvolvidas de forma paralela, porém, autônomas, como segue: **a) Mobilização da Mídia** : - Necessidade de mobilização dos principais meios de comunicação do país, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Para tanto, o Presidente do CONANDA agendará uma reunião entre a ANDI e a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Ministério da Justiça, cuja idéia central é provocar os principais canais de TV's e suas principais equipes de repórteres/jornalistas, bem como os jornais Folhas de São Paulo, jornal do Brasil, o Globo, Estado de São Paulo, Correio Braziliense e as revistas Veja, Época, Isto É, etc... a produzirem programas, reportagens e matérias dando ênfase ao tema dos adolescentes envolvidos em atos infracionais e chamando atenção para o fato de que a redução da idade penal é um grande equívoco na solução destas questões; **b) Congresso Nacional** : - A articulação e a mobilização junto ao Congresso Nacional devem ir em duas perspectivas, a saber: 1) Contatos com as presidências da Câmara e do Senado Federal, bem como com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no sentido de que seja agendada uma discussão do artigo duzentos e vinte e oito da Constituição Federal, como cláusula pétrea; 2) Identificar dentro da base do governo, deputados e senadores que possam ser aliados na mobilização para manutenção da idade aos dezoito anos, contando para tanto com a presença do Secretário de Estado dos Direitos Humanos; 3) **Produção de Artigos**

**para divulgação na imprensa e publicação de um livro :** Levantamento de artigos e/ou textos que já foram produzidos sobre o tema em foco, visando a identificação dos mais expressivos do ponto de vista da abrangência de análise, da representatividade do autor, da atualidade das reflexões etc. Também será solicitado de algumas personalidades e órgãos ( Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Presidente do CONANDA, Conselho Federal de Psicologia, Serviço Social, etc../ artigos inéditos sobre a temática. Ficaram responsáveis pelo levantamento a Secretaria Executiva do CONANDA ( Eliana e Bernadete ) DCA/Maria Ignês Bierrenbach e os conselheiros Cláudio, Fernando e Marcos. Este conjunto de documentos (textos e artigos ) servirão a dois propósitos: publicação de um livro que faça uma leitura enfocando aspectos como, cláusula pétrea, visões sócio-pedagógicas, desenvolvimento emocional e psicológico dos adolescentes e publicação de cinco artigos inéditos nos principais jornais do país. Deverá ser solicitado aos autores dos textos e artigos a autorização para a publicação . **4)**

**Parceiros :** O Presidente do CONANDA deverá manter contato com o Centro Acadêmico Onze de Agosto da USP – SP, que já vem desenvolvendo ações em torno da redução da idade penal, para que ele integre o processo em curso, coordenado pelo CONANDA a nível nacional e em São Paulo pelo Conselho estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **5) Incremento da coleta de assinaturas :** A sugestão da Comissão é lançar uma Campanha Nacional de coleta de assinaturas contra a redução da idade penal. Isto deve ocorrer numa plenária do CONANDA,

contando com a presença de personalidades tais como: Ministros de Estados, jogadores, atores, atrizes, etc..., visando mobilizar a juventude para que faça coleta de assinaturas nas praças públicas, terminais rodoviários, etc. O Marketing da Campanha será tema de reunião entre a ANDI e a Assessoria de Comunicação da SEDH/MJ. A conselheira Eliana ficou responsável pelo estudo financeiro da Campanha para mobilização da ação. O relator manifestou sua preocupação com os vários filmes que passam no cinema com classificação para dezoito anos e depois são exibidos na TV no horário da tarde sem nenhuma restrição, sendo assistidos por crianças e adolescentes. Neste sentido propõe que seja agendada reunião com a Coordenação de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça no dia cinco de junho, para discutir o assunto, juntamente com a conselheira Maria Stela. A conselheira Eliana, foi designada para o agendamento da reunião. A conselheira Maria Izabel, propôs que seja excluído o nome do Centro Acadêmico e incluindo o Movimento Contra a redução da maioria penal de São Paulo, visto que o Centro Acadêmico está inserido neste movimento. A reunião agendada com a Interpol foi transferida para a próxima assembléia e a apresentação da Deputada Telma de Souza sobre emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ano dois mil e dois – Projeto de Lei número quatro, de dois mil e um do Congresso Nacional, foi cancelada por motivo de doença. A Deputada enviou disquete contendo quarenta emendas que serão repassadas aos conselheiros pela Secretaria Executiva do CONANDA.

**.II – Assuntos Gerais :** 1) A conselheira Ivone, ressaltou que esteve na



Itália há uns quinze dias atrás e viu um filme na TV Italiana sobre pedofilia, violência sexual contra crianças e adolescentes, prostituição infantil, formas de trabalho infantil(que ela desconhece) na cidade de Fortaleza – CE. O filme foi feito pela TV Italiana e foi considerado um escândalo na Europa e nas Embaixadas. A conselheira informou que está levantando informações para saber quem fez o filme e a mando de quem essa equipe entrou no Brasil. Ela sugeriu que o CONANDA tome atitudes enérgicas sobre esta questão e que a Polícia Federal feche aqueles antros. Ela está se articulando com as autoridades no Ceará, visto não ser a primeira vez que isto acontece no Brasil. O Presidente propôs que o assunto ficasse pautado para ser discutido na próxima plenária; 2) O conselheiro Manoel Messias informou sobre os problemas de exploração sexual e abuso de poder que está existindo na Prefeitura de Macau – RN. Ressaltou que o Movimento Nacional dos Direitos Humanos está montando um dossiê, contendo as provas de que adolescentes estão sofrendo abuso sexual por parte do Secretário Municipal de Cultura do Município e que este assunto já foi noticiado na imprensa local e estadual. Informou ainda, que em breve o Movimento deverá encaminhar o referido dossiê ao CONANDA e ao Ministério da Justiça, solicitando as providências cabíveis. Informou ainda, que o MNDH em parceria com outras organizações apresentou em Genebra relatório sobre execuções sumárias e arbitrárias, sendo que vários casos envolvem crianças e adolescentes. Salientou que a relatora do processo em Genebra virá ao Brasil no próximo ano, para tomar as medidas cabíveis sobre o assunto. Foi solicitado pela plenária cópia do

relatório, ficando o conselheiro incumbido de apresentá-lo na próxima plenária; 3) A conselheira Eliana informou sobre que a assinatura do termo de Cooperação Técnica entre o CONANDA e o Ministério do Esporte e Turismo, prevista para o dia vinte e um de maio foi cancelada, devido a grande campanha sobre o Fundo Estadual lançado em São Paulo. O conselheiro Paulo André ficou de agendar nova data e local para o evento; 4) A conselheira Ozanira informou sobre a sua representação na reunião para discutir o Plano de Ação do UNICEF, onde foram definidas as suas principais atividades. Ela informou que esta foi a terceira reunião e a primeira que o CONANDA foi convidado. 5) A conselheira Maria Izabel fez um breve relato sobre sua participação no Encontro de Conselheiros Tutelares realizado na cidade de Bauru – SP. Ela ressaltou que o encontro foi rico tanto para os conselheiros tutelares como para o CONANDA e contou com a participação de mais de seiscentos conselheiros tutelares. Ela se comprometeu a apresentar o relatório com resultado do evento. Informou também, sobre a sua representação no lançamento do pacto de São Paulo, com a participação de oitocentas pessoas. Também se comprometeu apresentar relatório. Quanto a indicação do CONANDA ao evento que será realizado no Japão o UNICEF ficou de dar resposta sobre o assunto; 6) O conselheiro Normando informou sobre o Encontro de conselheiros tutelares realizado na Bahia e na sua representação na abertura do evento; 7) O conselheiro Motti agradeceu a oportunidade da sua ida à Bauru – SP participar do Encontro de Conselheiros Tutelares. Informou ainda sobre a realização de Wokshop sobre exploração sexual de

crianças e adolescentes, promovido pela SEAS nos dias vinte e oito e vinte e nove de maio em Brasília, tendo sido indicado o nome da conselheira Rachel Niskier para representar o CONANDA. Não havendo mais nada havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente